

O discurso político em Portugal no século XVIII: o caso de Filinto Elísio

Political discourse in Portugal during the 18th century: the case of Filinto Elísio

FERNANDO ALBERTO TORRES MOREIRA¹

Resumo: Num tempo fortemente controlado pela censura inquisitorial e policial, e sem nenhum passado que o justificasse, o padre Francisco Manuel do Nascimento construiu, a partir do terceiro quartel do século XVIII, um discurso político fortemente ideológico e empenhado; alimentado pelos autores que inspiraram a Revolução Francesa e pela sua própria experiência, o poeta, fugido à Inquisição e exilado em Paris por longos anos, emitiu nos seus poemas e notas uma forma de intervenção política em Portugal inteiramente nova e aguerrida, antecipando um novo viés que a literatura em tempos do liberalismo viria a consagrar. Expor esta característica da obra filintista é o objetivo deste artigo, que pretende igualmente demonstrar a inteireza de um discurso político-ideológico consciente por parte do poeta.

Palavras-chave: Discurso político; século XVIII; Filinto Elísio; liberdade.

Abstract: In a time strongly controlled by inquisitorial and police censorship, and with no past to justify it, Father Francisco Manuel do Nascimento built, from the third quarter of the 18th century, a strongly ideological and committed political discourse; nourished by the authors who inspired the French Revolution and by his own experience, the poet, escaped from the Inquisition and exiled in Paris for many years, issued in his poems and notes an entirely new and fierce form of political intervention in Portugal, anticipating a new bias that literature in times of liberalism would come to consecrate. The aim of this article is to expose this characteristic of the philanthropic work, which also aims to demonstrate the poet's whole-ideological-political discourse.

Keywords: Political speech; eighteenth century; Filinto Elísio; freedom.

¹ CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto; ECHS, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Ode, Paris, 4 de Julho 1797

Sofri desterros, fomes, e as misérias,
De quem dobrões não roda em terra estranha,
Perdi amigos, e mui meigas Damas
Na saudosa Pátria.

Mas falei, sem mordação inquisitória;
Escrevi, sem temer malsins Censórios,
Dei dous trincos bem rijos para os Bonzos,
E mais dous para os Naires.
(Elísio, 1818b: 220)

Francisco Manuel do Nascimento nasceu em Lisboa, na freguesia de São Julião, em 23 de dezembro de 1734 e faleceu em 25 de fevereiro, em Paris, cidade onde estava exilado desde o ano de 1778; era filho de Manuel Simões, um fragateiro do Tejo, e de Maria Manuela, uma vendedora de peixe. O registo de nascimento ou, se se quiser, a certidão de batismo não indica sequer como padrinho o mestre de fragatas reais João Manuel, em casa do qual Francisco Manuel nasceu e que foi o responsável pela qualidade da sua existência, propiciando-lhe, além do acolhimento, educação esmerada e proteção, além de lhe ter adquirido o rendimento da Tesouraria das Chagas, da Confraria dos Mareantes, bem como lhe ter legado todos os seus bens quando faleceu. Tais factos revelam a certeza daquilo que algumas testemunhas afirmaram no âmbito da inquirição respeitante ao processo que a Inquisição lhe moveu, as quais atribuíam, por ser voz corrente, a paternidade de Francisco Manuel a João Manuel, futuro Patrão-mor da

Ribeira das Naus após o terramoto de 1755 e homem de confiança de Francisco Xavier Mendonça Furtado, secretário da Marinha do governo de D. José I e irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal (Processo n.º 14048).

A ausência do apelido Simões no nome de Francisco Manuel é também elucidativa, ele que era Manuel de nascimento tal como a sua mãe e o Patrão-mor! Também por várias vezes o poeta aludirá ao pai, sem ser Manuel Simões, o qual pouco ou nada terá representado na sua vida, ao contrário de João Manuel, a quem demonstra toda a gratidão por tudo o que alcançou na vida.

Com a bênção de João Manuel, Francisco Manuel do Nascimento foi criado no ambiente social em que a mãe vivia, circunstância que, futuramente, lhe seria vantajosa para a defesa que faz da pureza da linguagem popular; cenas do quotidiano do povo perpassam pelas composições do poeta, revelando curiosidade e poder de observação, para além de uma admiração sensível pela sua progenitora que lhe contava histórias sabidas de cor, como a da gata borralheira, a que ele retribuiria mais tarde lendo pequenas narrativas às pessoas que se juntavam em sua casa ao serão. Já adolescente, Francisco Manuel aderiu, igualmente, à grande moda do século XVIII, a dança, e à música, uma paixão que lhe ficou para a vida e que certamente influenciou o seu modo de escrever poesia e, até, ser professor de música.

Da instrução recebida não registou grandes favores, antes contestou a escolástica jesuíta; no entanto, a sua formação no seminário fez dele um latinista de reconhecidos méritos que o seu mestre de latinidade António Félix Mendes lhe creditava publicamente, e um homem a quem viriam a ser tributados largos conhecimentos na história das religiões e, tal como afirmado acima, na área da música, características que fizeram dele mestre gracioso das irmãs Alorna, Maria e Leonor, esta última futura marquesa de Alorna e conhecida escritora.

Há duas épocas na vida adulta de Francisco Manuel do Nascimento: o tempo que vai de 1755 até à morte de D. José, em 1777, e o período que coincide com os reinados de D. Maria I e D. João VI, terminando em 1819 nas vésperas da Revolução Liberal e que corresponde à sua vida como exilado.

No 1.º de novembro de 1755, com a idade de 20 anos e já clérigo de missa, Francisco Manuel estava na Sé patriarcal e escapou da morte graças à sorte e a uma agilidade física salvadoras – isto escreveu Alexandre Sané, um jovem francês que com ele estudou a língua portuguesa e publicou, em 1808, uma seleção de odes do poeta antecederas de uma curta biografia certamente alimentada por este (1808). Se até ali era um homem despreocupado vivendo dos rendimentos providenciados por João Manuel e folgando a sua juventude apelidando mesmo de ruim filosofia as ideias que começavam a vir da Europa em plena efer-

vescência iluminista, a partir de então, e mercê da ação política de Pombal a cuja família estava ligado por via do seu protetor, a sua mentalidade vai sofrer mudanças profundas.

Sebastião José de Carvalho e Melo virava do avesso o estado beato alimentado (e vivido) pela corte de D. João V e abriu portas (com algumas restrições, é certo!) ao novo modelo civilizacional, procurando um espaço para Portugal no concerto europeu, através do chamado despotismo iluminado. Apesar da evolução ideológica que vai assumir e de isso contrariar, em muitos casos, a ação despótica e tirana do Marquês de Pombal, Francisco Manuel será, julgamos que por amizade e agradecimento, um pombalista até ao fim dos seus dias.

Durante este período, apesar da vigilância atenta da censura inquisitorial primeiro, e, depois, da Real Mesa Censória, a circulação de livros estrangeiros intensificou-se – e também as licenças de leitura de livros proibidos –, a universidade ganhava nova vida com os renovados currículos escolares, novas ideias se espalhavam alterando os fundamentos do ensino jesuítico e fradesco recebido por Francisco Manuel do Nascimento. Como escreveu Carlos Olavo, que dele deixou aquela que é, ainda hoje, a sua mais completa biografia, «Filinto adquiriu assim um certo cepticismo voltairiano e tomou-se de entusiasmo pelas liberdades prometidas pela Enciclopédia» (Olavo, 1944: 42/43). O contacto com estrangeiros que visitaram Portugal após 1755 também terá

ajudado, assim como as traduções de livros desses autores revolucionários: o escritor tornou-se um racionalista ao mesmo tempo que pombalista o que lhe traria dissabores futuros decisivos para a sua vida.

Corriam os anos sessenta e Francisco Manuel era agora o mentor de um grupo de poetas desalinhados que reuniam em sua casa na Ribeira das Naus e que se envolveram numa disputa literária, nem sempre edificante, com os membros da Arcádia Lusitana, fundada no ano de 1756 e liderada por Correia Garção; então, o pseudónimo literário do escritor era Niceno, depois mudado para Filinto Elísio por sugestão de D. Leonor de Almeida; tinha o poeta pouco mais de trinta anos, era o líder natural de um dos grupos em liça e o defensor atento, acérrimo e reconhecido do purismo da língua portuguesa, advogando um regresso aos bons modelos de Quinhentos, com Camões à cabeça. No entanto, era visita assídua do convento de Chelas onde se encontravam homiziadas as mulheres da família Alorna – a marquesa e suas duas filhas, Leonor e Maria – por ordem do Marquês de Pombal na sequência do atentado ao rei D. José em setembro de 1758 e da execução dos Távora e do Duque de Aveiro em janeiro de 1759; o Marquês de Alorna estava, por sua vez, confinado na prisão da Junqueira.

Francisco Manuel ensinava Latim a D. Leonor e Música a D. Maria; uma amizade se desenvolveu e, com a última, decerto mais do que isso, a avaliar por um conjunto de poemas a

ela dedicados – as qualidades intelectuais ajudaram certamente, acrescentadas de um espírito franco, bem humorado e bem disposto conforme testemunhos que atestam a personalidade cativante que teria Francisco Manuel². As irmãs Alorna admiravam o jovem presbítero e D. Leonor deixou-o bem claro não só numa carta escrita ao seu progenitor: «o carácter deste homem [Filinto], que não sei se já o descrevi a V. Ex.a, não deixa a mínima dúvida sobre o ser admitido» (Alorna, 1941: 23) como também na sua produção poética:

Apenas Filinto a voz divina
Fere, alegre o selvático terreno,
Calam-se as musas, 'té se cala Alfeno,
Que o grande vate todo o Pindo ensina.
(Alorna, 1844: 36)

O presbítero e plebeu Francisco Manuel viveu amores escusos e proibidos pela fidalga Maria de Almeida, o que a sua condição social e religiosa interditava. O fim do consulado de Pombal e consequente libertação dos enclausurados pôs um ponto final nestas deambulações amorosas e amizades entre desiguais socialmente; à opressão pombalina sucedeu um fanatismo religioso brutal e uma vingança

² Testemunhos sobre a personalidade de Francisco Manuel do Nascimento foram deixados, por exemplo, por Ferdinand Denis (cf. Ortigão, 1924: 72-73) e por José Maria da Costa e Silva (Cf. *O Ramalhete*, tomo 1, 1841: 100-101) que conheceram o poeta em vida, para além dos estudos sobre a sua vida e obra realizados por Carlos Olavo (1944) e por Teófilo Braga (1901).

cega que não pouparia Francisco Manuel do Nascimento, o qual não raras vezes desafiara os padres da Inquisição e seria, por isso, vítima do seu espírito livre, folgazão, do seu ideário forjado nos ensinamentos dos enciclopedistas franceses, do seu dito fácil e, naturalmente, dos seus amores impossíveis que um arrogante Marquês de Alorna não perdoaria nunca, apesar da ajuda financeira que o poeta providenciou à sua família, ou talvez também por isso mesmo.

Numa sociedade de novo dominada pela mancebia entre a Igreja e o poder real não haveria lugar para Filinto, para mais pombalista confesso. Um jovem padre, José Manuel de Leiva, foi acusá-lo ao Santo Ofício em 22 de junho de 1778; na sequência do inquérito posterior, Francisco Manuel viria a ser acusado de heresia, de ser libertino e leitor de livros proibidos; para tanto concorreram também testemunhos de amigos seus e, ao que parece, da própria mãe, então muito debilitada, mas sugestionada pelo fanatismo de um confessor pouco escrupuloso. Foi rápido o inquérito prévio e, em 4 de julho de 1778, de manhã bem cedo, os familiares da Inquisição dirigiram-se a sua casa para o prender. Conseguiu escapar, facto inédito, e com a ajuda de amigos escondeu-se durante cerca de um mês almejando depois embarcar para Paris, disfarçado de estivador. Com ele fugia também o botânico e lente de Coimbra, Félix Avelar Brotero; isto não impediu que o processo inquisitorial corresse os trâmites habituais e viria a ser,

sempre, o grande obstáculo ao seu regresso ao país, mesmo após tentativas realizadas para o efeito ao mais alto nível. Obstáculo foi também o já referido ódio do Marquês de Alorna e depois do Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa, ministro do reino com D. Maria e cuja mulher, D. Catarina de Lencastre, foi fustigada poeticamente por Francisco Manuel. Duas forças legais se somavam, ainda por cima, para impedir o retorno de Filinto: a Inquisição e a Intendência da Polícia, chefiada por Diogo Inácio de Pina Manique. Na sequência da fuga e processo, Francisco Manuel do Nascimento foi desapossado dos seus bens e posteriormente inventou-se uma sobrinha «legítima» do patrão-mor da Ribeira das Naus João Manuel para legalizar o arresto definitivo, assim se retirando o direito do poeta à herança que lhe fora deixada por aquele.

Há dois momentos-chave na formação ideológico-política de Francisco Manuel do Nascimento, antes e depois do exílio, se bem que umbilicalmente ligados, uma vez que foi a teoria bebida nos textos dos teóricos revolucionários (e conseqüente identificação com eles) que o levaram, certamente, a escolher a França como terra de acolhimento, de exílio sem fim e de futura materialização desses mesmos ideias.

Alexandre Sané escrevia no texto acima referido:

On dévorait en secret les ouvrages de Manoel,
et depuis la révolution surtout, il n'est point

de portugais que, se trouvant à Paris, n'ait regardé comme une bonne fortune, et comme une sorte de devoir, de lui rendre visite. (Sané, 1808: xxxv)

Estas palavras, porventura exageradas, ao que não será alheia a informação recolhida por Sané junto do próprio Francisco Manuel, colocam-nos, mesmo assim, perante uma das questões que tem alimentado muito daquilo que se escreveu sobre o poeta no que concerne o seu papel tutelar no campo literário, a sua glória reconhecida em vida e que, para nós, são também a confirmação do poeta como produtor de um certo discurso político que vazava nos seus textos poéticos, causa óbvia do que viria a ser a sua continuada proscricção do país natal. Será este aspeto que a seguir se tentará expor, uma vez que pouca importância lhe tem sido atribuída apesar do que de relevante e significativo tem para uma apreciação mais adequada do papel de Francisco Manuel do Nascimento na sociedade portuguesa do final do Antigo Regime e sua caminhada decisiva para as mudanças que o Liberalismo traria.

Quando se fala, em Portugal, de liberdade política, do exercício da liberdade de opinião do indivíduo, pensa-se no liberalismo oitocentista e em figuras como Almeida Garrett ou Alexandre Herculano, se nos reportarmos ao âmbito político-literário. Contudo, nem sempre a memória social e política de um país, de um povo, estabelece os verdadeiros fundamentos da verdade, pelo menos dos momentos da sua instauração.

Parece ser Francisco Manuel do Nascimento um caso exemplar, sem qualquer desmerecimento para as personalidades referidas ou de outras que, como elas, se distinguiram pelos mesmos motivos, na mesma época.

Se se prestar a devida atenção às palavras de Alexandre Sané antes transcritas, elas colocam-nos no cerne de um percurso da vida do padre Francisco Manuel do Nascimento nem sempre valorizado com suficiência, senão mesmo esquecido (ou até desconhecido!). Não deixa de ser estranho o reconhecimento do escritor como o mentor de uma geração de poetas e não se dar o realce devido (porque se trata de matérias que estão umbilicalmente ligadas) à referência que é Francisco Manuel no plano político-ideológico e das novas ideias políticas, estatuto que lhe advém, naturalmente, do conteúdo de um número considerável de composições por si escritas que é revelador da absorção e da filtragem que o seu discurso poético patenteia enquanto manifestação ideológica dos ideais revolucionários emitidos de França, e da oposição pública e conhecida, por parte da Inquisição e do poder político então vigente em Portugal, em particular do seu braço policial que foi a Intendência da Polícia então liderada por Diogo Inácio de Pina Manique, ao seu regresso. A leitura em segredo dos seus textos, que Sané denuncia, atesta a veracidade do apresentado.

Alexandre Sané escreveu-o e não é difícil estar de acordo com ele. A razão é simples: parte da

poesia de Francisco Manuel respira costumes, crítica social, vida e ideologia política; neste último caso, Filinto construiu mesmo um verdadeiro discurso político que integra, naturalmente, muita da sua poesia que, além de lúdica, é essencialmente expressiva, denunciadora e interventiva à sua maneira. Alguns dos seus poemas são, sem dúvida, verdadeiros manifestos políticos nos quais expende todo um vocabulário que se pode apelidar, sem qualquer receio, de liberal.³ O pensamento político de Francisco Manuel expresso nesses poemas é o resultado de uma evolução natural de quem, no seu país de origem, interiorizou alguns princípios teóricos incipientes, retirados da leitura de livros proibidos primeiro pela Inquisição e depois pela Real Mesa Censória,⁴ os quais viriam a ser escorados, ampliados e publicitados durante o seu exílio prolongado na França revolucionária. Há até um curioso paralelismo entre o aprofundamento da sua consciência política e a sua, cada vez maior,

—

³ Os poemas «Manifesto», em que faz a apologia da Razão e da Liberdade (Elísio, 1818b: 200-201) e a «Ode à Liberdade», dedicada ao embaixador de França em Portugal em 1787, Marquês de Bombelles, (Elísio, 1818b: 98-104) são, entre tantos outros, disso um significativo exemplo.

⁴ A censura dos livros esteve cometida à Inquisição desde a sua criação em 1536; a partir de 1768, por ação do então Conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Melo, essa tarefa passou a ser desempenhada pela Real Mesa Censória, um organismo dependente da alçada real que, aliás, alargou o espetro do índice de obras proibidas; com a queda de Pombal a RMC seria extinta sendo cometida a função censória primeiro à mesa de Desembargo do Paço e posteriormente, à Intendência da Polícia, mas sempre sob o domínio temporal e não mais religioso.

infelicidade pessoal, mas isso são contas de um outro rosário...

Viver em liberdade, gozar a liberdade, apreciar o seu valor único, partilhar a experiência autêntica que foi a Revolução Francesa são fatores de sedimentação do pensamento político de Francisco Manuel do Nascimento que, como tal, se foi estruturando de forma consistente.

Por isso, é Filinto o primeiro porta-voz, em Portugal, da liberdade contra a opressão⁵; ele é a voz que se ergue contra a tirania religiosa ou política (e sabe-se como era difícil separar uma da outra) que será vencida pelos homens livres guiados pela palavra de um Rousseau que, diz, «[...] aos homens apontaste / O rumo de ser livres, de ser homens» (Elísio, 1818b: 199), e a quem «[...] deste a regra, / Com que os homens se iguala» (Elísio, 1818b: 199). É com visível satisfação que o poeta cita protagonistas e inspiradores da Revolução que reclamam o poder para o povo, numa clara atitude de partilha ideológica. Veja-se o exemplo de um trecho de Mercier⁶ que trans-

—

⁵ Apesar do que fica escrito, convém ressaltar o facto de, reafirma-se, Francisco Manuel nunca ter enjeitado o despotismo pombalino e a figura política de Pombal nunca lhe ter merecido qualquer censura, bem pelo contrário; a amizade que cultivou com os irmãos do Marquês e com outras personalidades que lhe eram próximas, como D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, talvez ajude a explicar essa atitude, aliada ao facto de Pombal ter combatido sem quartel o poder temporal de uma certa Igreja que o poeta abominava.

⁶ Louis-Sébastien Mercier (1740-1814), poeta e escritor, jornalista e dramaturgo, escreveu, entre outros o livro de poemas *Héroïdes*, as peças de teatro *La Brouette du vinaigrier*, *Le Désert*

creve em nota a uma ode sua assinada com o pseudónimo de José Pinheiro Castelo Branco, a propósito da apresentação do despotismo como uma hidra pavorosa que devora o povo:

Oui, peuples de l'Europe, on se joue de votre crédibilité; on vous parle de mystères de cabinet, pour vous tenir à la chaîne dans les ténèbres. L'intérêt des nations, la gloire de l'espèce humaine, appellent parmi vous un grand changement: il vous suffit de vouloir, pour élever ou pour détruire; osez, et vous verrez pâlir tous ces tyrans révéérés; osez, et proclamez le droit inaliénable de l'homme à la liberté: tout pouvoir légitime est dans le peuple. Le peuple qui veut est celui qui triomphe; le propre du despotisme est de trembler quando une nation se leve. (Elísio, 1818b: 211-212)

E se os liberais irão enquadrar, significativamente, o campo religioso, o caminho já lhes estava apontado por um Filinto que deixou registadas as, porventura, mais duras palavras que alguém terá escrito quanto à ação nefasta da Igreja (e do papado) e dos frades nos governos dos povos. A citação é longa, mas esclarecedora, num texto que tem o título Denúncia e é um libelo contra a intromissão da Igreja nos governos das nações:

==

teur que, juntamente com outras reuniu no volume *Théâtre* (1778-1784); viveu exclusivamente da sua atividade literária e o seu *Essai sur l'art dramatique* (1773) antecipa, em termos teóricos, a evolução do teatro clássico para o teatro romântico.

Se os Reis tivessem tino, houveram roto
Em todas as tiránicas clausuras
Seus votos imprudentes, ou matreiros
E dado à Pátria Cidadões – baldados
Em rezas vãs, ridículos trejeitos
[...]
Que tinham que dever os Reis, c'os Papas?
Que bem lhes vinha à Cristandade, aos Reinos,
De virem Cardeais, virem Legados
Sorver tesouros, com que a Roma engorde,
Por dispensas, anatas, indulgências
[...]
Vós Reis tendes a culpa, que estes lobos
Não espancais do meio das ovelhas
(Elísio, 1818b: 434-436)

Evidente a conclusão que se retira deste texto: Francisco Manuel é, na esteira dos princípios revolucionários, um defensor da separação dos poderes temporal e religioso; mas acima dos poderes está o homem, que nasceu para ser livre, agir livremente, para exprimir-se em liberdade na sociedade em que se insere, responsabilmente:

O Homem nasceu [...] para ser livre,
Livre em suas ações, nos seus conceitos,
E livre em largamente derramá-los,
Quando à sua ventura social não empecem
(Elísio, 1818b: 429)

Dignos de uma época que viu nascer a primeira Declaração dos Direitos do Homem, estes versos são, de igual modo, o garante de uma conceção (e de organização) de sociedade que não deixa dúvidas de qualquer espécie; por isso, Filinto viu, na nova nação americana

e nos seus heróis Benjamin Franklin e George Washington, o exemplo para as nações vergadas ao peso da tirania religiosa:

América feliz! Nação briosa
Que rompeste os grilhões do cativo!
[...]
Oh ditosos! Oh bons Americanos,
Porque o tão venturoso exemplo vosso
[...]
Não visita, e empenhado não consola,
Com seu voo, os impérios desastroso,
As miserandas gentes oprimidas
Da fradesca ralé tirana, e néscia!
(Elísio, 1818b: 429-431)

E na França, que transporta simbolicamente o «Tricolor Despeito dos Tiranos» (Elísio, 1818a: 143), essa «[...] Nação, que de Senhora, / A duros Déspotas ceder desdenha» (Elísio, 1818a: 134) vislumbra o poeta o único país que desafia o poder dos déspotas, felicitando-a pela liberdade de imprensa conseguida:

Oh França ilustre, das Nações Rainha,
Tu sacudiste o vergonhoso encargo,
Que à imprensa abafava o claro grito:
Tu a remiste, ela hoje te liberta
(Elísio, 1818b: 431)

Foi ainda mais longe Francisco Manuel: depois de desculpar Pedro Álvares Cabral pelo desconhecimento das consequências futuras do seu achado nos povos encontrados – «Eis já, Cabral, descobres / Os Brasis não buscados: / E, aos Povos, que te hospedam / Ignaro do

vindouro, os grilhões lanças» (Elísio, 1818b: 100) – Filinto arenga contra a escravatura numa demonstração inequívoca da sua estatura de humanista, de homem que luta pela igualdade, pela liberdade, e que, por isso, re- crimina duramente as conversões forçadas dos povos americanos e lamenta as colonizações europeias pelos assassínios cometidos, pelos vícios que foram inoculados em gente inocente, transportados para «Nações que o crime mal conhecem» (Elísio, 1818b: 101).

Exclusivamente visto por um prisma que o situa como poeta e defensor da língua portuguesa (o que é verdade!), é de justiça que o pensamento político do padre Francisco Manuel do Nascimento, pela importância qualitativa e quantitativa que assume no conjunto da sua produção escrita, pela autonomia ideológica que é fácil reconhecer-lhe e pela sua estruturação de pensamento ideológico consequente, deva ser revelado, reconhecido e enfatizado. Atento à realidade que o circundava, se bem que, aqui e acolá, obstruído pela sua tragédia pessoal, bafejado por um destino que o obrigou a conviver com uma revolução que iria mudar o rumo dos povos, Francisco Manuel deixou um discurso e reflexões políticas que urge colocar, pelo seu pioneirismo, na história do pensamento político português, seja ele assinado como Filinto Elísio, Clemente de Oliveira Bastos, José Pinheiro Castelo Branco,

Lourenço da Silveira e Matos ou Agostinho Soares Vilhena⁷.

O comportamento revolucionário de Filinto funciona, apesar do que fica escrito, sobretudo em sentido próprio, visando a libertação do povo e da pátria portuguesa dominada pela Inquisição e por um fanatismo religioso de três séculos que impedia o país de retomar a senda da glória do tempo das Descobertas; neste particular, o escritor reivindica o papel de farol indicador do caminho a seguir, de guia de um povo sumido na escuridão de séculos. Luta também contra a censura e a falta de liberdade de expressão, ações bem expressas numa epístola escrita em 29 de novembro de 1791⁸ que o intendente Pina Manique viria a interditar, sob pena de prisão a quem a possuísse, por se rever, com fundadas razões, como alvo destinatário do poeta:

Debalde então póvoas as fronteiras
De esfaimados malsins, pousas vexames,
Na Cidade, na Aldeia, nos caminhos,

==

⁷ Foi com estes nomes que Francisco Manuel do Nascimento assinou os seus textos mais políticos e também mais virulentos; estas suas «existências», que o poeta disfarça arranjando, a alguns, morada e formação académica, evidenciam a consciência que ele tinha dos riscos pessoais que o conteúdo desses textos comportava.

⁸ Como resposta à proibição (e à causa dela), Francisco Manuel acrescentaria a seguinte nota certamente carregada de ironia intencional: «Contra a intenção do Autor publicarão em Portugal que o Ministro ignaro [a que faz referência na epístola] era Inquisidor geral; foi erro: de nenhum ministro particular fala a epístola; mas sim em geral dos que são ignaros» (Elísio, 1818b: 424).

Levantas tribunais devassadores
Da palavra, atributo inato do homem.
Como se a voz livre, que nos é dada
Para entreter comércio de alma a alma,
Navegando nas asas do ar corrente,
Da plena boca aos ávidos ouvidos,
Fora campeche, ou sórdido tabaco,
Mercancia de cauto contrabando
(Elísio, 1818b: 425)

Por muito pouco tempo Francisco Manuel não viu a chegada da luz libertadora à pátria desejada, mas é justo dizer-se que lhe fica a coroa de glória de ter sido o único, entre os portugueses que viveram a Revolução de 1789, a materializar, no seu discurso, uma linguagem claramente revolucionária, visível na recorrência de palavras como liberdade, tirania, despotismo, grilhetas e outras de teor semelhante que povoam os seus textos. Em frase exemplar, Graça Silva Dias notou essa originalidade de Filinto ter incluído esse discurso revolucionário num «[...] sistema significativo cujo referente é a Pátria, num jogo antitético – a que se deseja, a que existe» (1993: 208).

Terá sido a materialização num discurso revolucionário do seu espírito também ele revolucionário o que suportou a contínua e persistente oposição dos poderes inquisitoriais e políticos ao regresso do poeta a Portugal. Cantor da liberdade e defensor dos direitos do indivíduo, do cidadão, nem por isso Francisco Manuel foi um político, sequer um homem de ação; contudo, um número não negligenciável dos seus textos aponta o caminho da reflexão

social e política que permite ver até que ponto o poeta se enquadra no xadrez político da época e qual o seu contributo na formação ideológica das gerações vindouras. Não é, por isso, correto, como o fez Teófilo Braga (1901) e outros que o seguiram, dizer-se que o poeta passou ao lado da Revolução; bem pelo contrário: é um claro admirador e espírito interessado pelos diferentes aspetos da Revolução de 1789 a ponto de se referir de forma entusiasta à Convenção e à proclamação da república feita por esta, insurgindo-se notoriamente contra a realeza. Aliás, como entender a anotação colocada no aviso régio que nunca chegou a ver oficialmente a luz do dia, autorizando o seu regresso, transcrito por Carlos Olavo na biografia que dele escreveu, e que anotava assim:

Este clérigo fugiu quando havia ordem do Santo Ofício para o prender como libertino. Era cura, ou cousa que o valha, das Chagas de Lisboa. Depois se disse que estava na Assembleia de França da revolução. Se agora vem é para ensinar o que demais aprendeu lá. (Olavo, 1944: 171)

O seu poder de observação, a sua capacidade de análise crítica, o rigor dos quadros sociais e políticos que traça, a apreciação de um presente nacional carecido de mudanças político-ideológicas, a vivência do quotidiano revolucionário (do qual condenou também os excessos) facilitaram a construção de um pensamento filosófico-político refinado pela sua

condição de exilado; mesmo em textos em que se insurge contra o fanatismo religioso ou o poder dos frades, a reclamação do poeta vai sempre no sentido da restauração da liberdade, da condição de cidadania, virtude máxima que, para ele, não pode sucumbir sob pretexto algum.

É este o cenário que permite apontar o padre Francisco Manuel do Nascimento como um dos responsáveis pela rutura política que Portugal viria a conhecer nos anos 20 do século XIX, um rutura que visou, entre outras coisas, a aplicação do conceito de cidadania com tudo o que lhe é inerente e, claro, o fim da simbiose secular Rei, Religião, Pátria.

Regressando a Alexandre Sané (1808), se as obras de Francisco Manuel eram avidamente lidas em segredo, um segredo que se foi intensificando e expandindo, e se o poeta era reverentemente procurado no canto do seu exílio parisiense por compatriotas fugidos à opressão vigente na pátria, estão mais que justificadas as razões apontadas para a apreciação do discurso político de Filinto e é tempo de, também neste aspeto, colocá-lo no lugar que lhe é devido e com a importância que merece.

Bibliografia

Manuscrita:

ANTT (1778). N.º 14048 – *Processo do Pe. Francisco Manoel do Nascimento, Thezoureiro Proprietario da Igreja de Nossa Senhora da Piedade das Chagas, natural, e morador desta Corte, e hoje ausente*. Livraria pasta 7 da Inq.[uisição de Lisboa];

Impressa:

Alorna, M. de (1941). *Inéditos*. (ed. de Hernâni Cidade). Sá da Costa. Lisboa;

Alorna, M de (1844). *Obras poéticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre*. T. I, Imprensa Nacional. Lisboa;

Braga, T. (1901). *Filinto Elísio e os dissidentes da Arcádia*. Lello & Irmão. Porto;

Dias, G. S. (1993). O deísmo em Portugal. Leitura de uma biblioteca. *Actas do 4.º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Universidade de Hamburgo. LIDEL. Lisboa/Porto/Coimbra: pp. 859-870;

Elísio, F. (1818a). *Obras Completas de Filinto Elísio*. T. IV. A. Bobée. Paris;

Elísio, F. (1818b). *Obras Completas de Filinto Elísio*. T.V, A. Bobée. Paris;

Olavo, C. (1944). *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Livraria Editora Guimarães & C.a. Lisboa;

Ortigão, R. (1924). *Em Paris*. (3.ª ed.). Empresa Literária Fluminense, Lda. Lisboa;

Sané, A. (1808). *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel*. Chez Cérioux Jeune. Paris;

Silva, J.M.C. (1841). Estudos Históricos – Génios Portugueses. *O Ramallete*. T. I, **164-165**: 100-101.